

Desnudada a crise

A Nação não deve ter ficado mais tranqüila ao ver e ouvir a fala presidencial na televisão, quinta-feira à noite. Quando a autoridade faz soar os sinais de alerta, é necessário que apresente concomitantemente as soluções para o futuro imediato, a fim de evitar que, ao peso do impacto das revelações negativas, o elã nacional venha a esmorecer. A imagem que o sr. José Sarney transmitiu de si, fisicamente, causou apreensão: um homem tenso, com toda a aparência de se haver deixado vencer pelo cansaço. Aliando-se essa impressão de abatimento deixada pelo chefe da Nação à circunstância pouco feliz de muitas das afirmações contidas no fecho da explanação contradizerem certas proclamações do início, ver-se-á por que a fala presidencial pode não ter produzido os efeitos desejados. Note-se que não estamos fazendo ao presidente a injustiça — para ficar em sua citação de Mark Twain — de considerar negativa sua *performance* de anteontem; registramos a sensação de espanto que se apoderou de centenas de milhares de ouvintes, que já não sabem em que acreditar.

“Não há motivo para pânico” — disse o presidente. “O Brasil é o país que mais progresso tem no mundo, cresce à taxa mais alta. Com prestígio internacional hoje extraordinário.” Mas s. exa. também disse: “Querer fazer paralisações nesta hora para diminuir a produção é *umentar a falta de mercadorias, é umentar o ágio, dificultar a vida do povo, esvaziar ainda mais as prateleiras*”. No tocante ao âmbito internacional, se é tão extraordinário o prestígio do País, por que deve o ministro Dilson Funaro ir a Nova York participar de seminário a que não comparece, pois estava *secretamente* em Washington, discutindo a situação brasileira com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (antes de s. sa. concluir o relatório sobre o Brasil) e com o presidente do Federal Reserve Bank? A Nação sabe dessas coisas porque lê jornais, ouve rádio e assiste à televisão. Que vantagem em enganá-la? Não estaria o presidente tentando iludir a si próprio?

Se não há, num momento crucial como este, um meio de estabelecer imediatamente a empatia entre o chefe de Estado e a Nação, é porque alguma coisa grave está acontecendo. De nada adianta o chefe do governo colocar sobre seus ombros todas as responsabilidades — depois de atribuir-se todos os méritos pelos benefícios imensos que foram dados à população — se ele próprio não oferece aos cidadãos os possíveis rumos que o País pode seguir, mesmo tendo de enfrentar penosas dificuldades. Num dos momentos mais críticos da vida do Reino Unido, Churchill não teve dúvidas em prometer sangue, suor e lágrimas aos povos

da Ilha e do Império. O presidente Sarney, pelo contrário, só vê as coisas cor-de-rosa e se recusa a enfrentar a realidade engendrada por seus técnicos desde fevereiro, com a edição do Plano Cruzado, insistindo em creditar a si a opção pelos pobres, a reforma agrária, o mais vasto programa social de que o País já teve notícia, a resistência ao FMI, o fim da correção monetária, o abandono das teorias ortodoxas em economia. Se isso tudo é verdadeiro e existe, devem ter-se perguntado os brasileiros, por que então foi necessário fazer o que se fez *depois das eleições*?

A resposta não deve ser dada nem aos economistas; nem a nós, que vínhamos reclamando medidas enérgicas desde o instante em que se baixou o ucasse pondo em vigor o Plano. O governo deve dirigir-se à classe média, que não se sente salva (apesar do esforço do presidente) da ira dos técnicos oficiais, que ela agora sabe que pretendiam afogá-la no aumento do Imposto de Renda, do depósito compulsório sobre salários, no levantamento do subsídio ao trigo. A esse propósito, cabe registrar que nunca se viu presidente da República entregar às feras auxiliares seus para chamar a si a glória de haver escolhido o caminho que salvou a classe média. Esta, no entanto, por nada entender do que se passa em Brasília, não deixará de fazer ao chefe do governo a maior das injustiças, que é tê-lo como responsável pelo seu infortúnio.

Iludindo-se, “mentindo para dentro”, como alguém costumava dizer, o presidente José Sarney isola-se da Nação, das classes que sempre o apoiaram, do Congresso Nacional, dos seus auxiliares mais lúcidos: “Durante um ano preguei no deserto. Não aceitaram. E eu fui obrigado a fazer as reformas sozinho”. Esse apelo à primeira pessoa é sinal de que a situação nacional é realmente grave — tão grave que na mensagem que deveria ser de otimismo o chefe do governo não consegue esconder a dramática realidade: “Começamos a sofrer fuga de capitais. Os investimentos que deviam ser feitos para aumentar a produção não chegaram na proporção que esperávamos. A produção não cresceu como o País necessitava. (...) O ágio, a alta vertiginosa dos juros, o câmbio negro do dólar e de mercadorias, a crise do comércio exterior surgida dramaticamente em outubro, com a queda de nossas reservas e a diminuição a um nível crítico de nossas exportações, a crise do abastecimento e a sonegação de gêneros abalaram grandemente o Plano Cruzado...” Mas, se essa é a realidade, quais os resultados positivos do plano? Se ele mobilizou contra o presidente, ao longo dos meses; os trabalhadores, os comerciantes, os industriais, os que especulam com o dólar,

os pecuaristas, os donos de escolas particulares, os funcionários públicos, os proprietários de terra, os sem-terra; se ele provocou — pois o governo controla o comércio exterior — a crise cambial, por que insistir em seu fundamento básico e errôneo, que é o suposto congelamento de preços?

Não se terá jamais resposta para essas questões. Da mesma forma que não se saberá por que o presidente se referiu à pequena rentabilidade do setor energético, provocada por baixas tarifas, esquecido de que foi seu governo, desde sua posse interina ou definitiva, que se recusou a aumentá-las e conduziu esse setor vital à situação difícil em que se encontra. A Nação não se salva da crise se os problemas que se avolumaram no atual governo são considerados de responsabilidade do regime militar, deixando-se sua solução para a hora final, quando nada mais pode ser feito.

Não se veja nessas críticas desconhecimento do peso dos problemas que afligem o chefe de Estado, que tem contra si o partido do qual é presidente de honra, as centrais sindicais e quantos desejam pescar em águas turvas. Não será, porém, dizendo que decidiu agir contra o setor público, ao mesmo tempo que dá sua garantia de que não despedirá nenhum funcionário, que s. exa. conseguirá desfazer a impressão de que é prisioneiro da burocracia das estatais e da máquina direta do Estado.

A Nação tem direito de não ser tratada com injustiça. Isto é, ela tem direito de ver respeitado o sofrimento de quantos padecem as agruras das prateleiras vazias e a deterioração da moralidade privada e pública provocada pelo fato de o governo José Sarney, por ato de vontade, haver levado a economia à clandestinidade. Sabemos que não falta ao presidente da República esta qualidade digna de todos os encômios que é a coragem de tomar decisões impopulares. Faltou, porém, até agora, ao chefe do governo, a decisão de reconhecer que os caminhos heterodoxos que adotou acabaram conduzindo à situação dramática que ele mesmo descreveu na última quinta-feira. Poderia, aliás, s. exa. reconhecer que entre as flores do Plano Cruzado havia muita erva daninha? Reconhecer as falhas e não erradicá-las? Poderia s. exa. admitir haver errado?

A primeira qualidade do estadista, talvez mais importante do que assumir a responsabilidade de decisões amargas, é reconhecer os erros cometidos ao longo de tortuoso percurso. Essa atitude de humildade caracteriza, como diria Unanimo, aquele que busca a verdade; o sr. José Sarney, no entanto, está preocupado apenas em justificar a razão de seus atos.